

# Relações de Gênero e a História das Mulheres Camponesas.

Losandro Antonio Tedeschi\*

**RESUMO:** Esse artigo analisa as funções e papéis sociais instituídos pela história às mulheres camponesas e os processos de reprodução e transformação sócio-culturais pelos quais estão passando, levando-nos a afirmar que as identidades humanas são construídas ao longo da vida, pelos significados pedagógicos que os grupos sociais alimentam em seus contextos culturais.

**PALAVRAS-CHAVE:** História das mulheres – relações de gênero – papéis sociais.

**ABSTRACT:** This article examines the functions and roles established by the social history to peasant women and the processes of reproduction and socio-cultural transformation by which they are passing, leading us to say that human identities are built throughout life, by the pedagogical meanings that social groups nourish in their cultural contexts.

**KEYWORDS:** History of women – gender relations – social roles.

## 1 A categoria gênero e a historiografia

Michele Perrot afirma que muitas dificuldades se apresentam para quem ousa enveredar pelos estudos das mulheres, pois se trata de terreno “minado de incertezas, saturado de controvérsias moveidias, pontuado de ambigüidades sutis”. Ao referir-se aos estudos relativos à temática feminina e à história das mulheres nas sociedades ocidentais, afirma que

[...] não existiram para o espaço público [...] As mulheres agricultoras ou de artesãos, cujo papel econômico era considerável, não são recensadas, e seu trabalho, confundido com as tarefas domésticas e auxiliares, torna-se assim invisível. Em suma, as mulheres “não contam”. E existe aí muito mais do que uma simples advertência (PERROT, 2005, p. 11).

---

\*Doutor em História, coordenador do Núcleo de Assessoria e Estudos Interculturais – NAEI pela Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD e pesquisador na temática História das Mulheres, relações de gênero, representações sociais e interculturalidade.

Foi considerando as incertezas, controvérsias e ambiguidades acima mencionadas, que julgo importante dedicar este espaço à discussão teórica de alguns aspectos relativos ao estudo da participação das mulheres camponesas nos espaços públicos como protagonistas de sua história.

A primeira dificuldade que o historiador precisa enfrentar, quando se dedica ao estudo da história das mulheres, decorre do que se pode denominar de “natureza masculina” ou androcentrismo da História, que tem levado ao ocultamento do papel desempenhado pelas mulheres na sociedade.

São muitos os autores que têm salientado a invisibilidade na história imposta às mulheres. George Duby e Michelle Perrot, por exemplo, perguntam:

Escrever a história das mulheres? Durante muito tempo foi uma questão incongruente ou ausente. Voltadas ao silêncio da reprodução materna e doméstica, na sombra da domesticidade que não merece ser quantificada nem narrada, terão mesmo as mulheres uma história? (DUBY; PERROT, 1900, p.7)

As contribuições que os estudos de gênero nos últimos tempos têm dado a historiografia contemporânea são inquestionáveis, pois, além de tirarem as mulheres da invisibilidade no passado, colocam um conjunto de questões-reflexões metodológicas importantes. Por exemplo, as universalidades do discurso historiográfico, que possibilitam o crescimento da história das diferenças e a valorização do relacional na análise. Essas pesquisas também apontam à necessidade de se historicizar os conceitos e categorias analíticas, aceitando a sua própria instabilidade como aliada na subjetividade crítica do historiador, levando-o a enfrentar o desafio de captar as transições do individual para a subjetividade como experiência social frente à presença de elos culturais vinculados à masculinidade hegemônica.

O uso do gênero enquanto categoria de análise na historiografia é recente e tenta estabelecer compreensões teóricas acerca dos questionamentos que emergem das esteiras das práticas políticas que marcam o percurso de alguns movimentos sociais, sobretudo o feminista, trazendo para a cena política um amplo questionamento e debates sobre posturas e comportamentos que, tradicionalmente, vinham sendo adotados como explicações “naturais” para atitudes discriminadoras e práticas políticas de dominação e submissão. Como define Scott, o gênero é empregado para designar as relações sociais entre os sexos:

Uma maneira de indicar “construções sociais” – a criação inteiramente social de idéias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre o corpo sexuado (DUBY; PERROT, 1900, p.7).

Essa compreensão de gênero como uma construção tem como base aspectos sociais, culturais, econômicos, políticos, psicológicos, ampliando as possibilidades das abordagens históricas, trazendo para a discussão dois aspectos impor-

tantes: um deles, a íntima vinculação do gênero com as relações de poder, e o outro, a definição de gênero enquanto representação, que servirá como ferramenta de análise. Tanto um como o outro não podem ser admitidos ou mensurados como elementos separados, estanques, divorciados, mas constitutivos de realidades e eventos historicamente situados.

O gênero é então um meio de decodificar o sentido de compreender as relações complexas entre as diversas formas de interação humana. Quando as (os) historiadoras (es) buscam encontrar as maneiras pelas quais o conceito de gênero legítima e constrói as relações sociais elas (eles) começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as maneiras particulares e situadas dentro de contextos específicos, pelas quais a política constrói o gênero e o gênero constrói a política.

No que se refere a esse aspecto, não é diferente o posicionamento de Gisela Bock:

A percepção do gênero como uma relação complexa e sociocultural implica que a ação de rastrear as mulheres na História não é simplesmente uma busca de certo aspecto antes esquecido; é mais um problema de relações entre seres e grupos humanos que antes haviam sido omitidas (1991, p. 68).

Outro aspecto salientado por Scott (1995, p. 13) é que o uso da categoria “gênero” também indica a rejeição às explicações a partir do “determinismo biológico implícito, no uso dos termos sexo ou diferença sexual” e introduz a ideia de que a desigualdade entre homens e mulheres é “socialmente construída” através da atribuição, a ambos, de papéis diferenciados e hierarquizados.

Sua definição de “gênero” compõe-se de alguns elementos que, segundo ela, estão ligados entre si, mas deveriam ser distinguidos na análise:

O núcleo essencial da definição repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre dois sexos e um primeiro modo de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1995, p. 14).

Scott afirma que as mudanças na organização das relações sociais sempre influenciaram as relações de poder, mas essas mudanças não seguem um único sentido. Para ela, como elemento constitutivo das relações sociais, fundadas sobre diferenças percebidas, o “gênero” implica quatro elementos:

1. Os símbolos culturalmente disponíveis evocam representações simbólicas (e com frequência contraditórias) – Eva e Maria como símbolo da mulher.
2. Os conceitos normativos põem em evidência as interpretações do sentido dos símbolos, que se esforçam para limitar e conter suas possibilidades metafóricas.
3. O desafio da nova pesquisa histórica é fazer explodir essa noção de fixidez e descobrir a natureza do debate que produzem a aparência de uma permanência eterna na representação binária de gênero.
4. As (os) historiadoras (es) [...] devem examinar as maneiras pelas quais as identidades de gênero são realmente construídas (1995, p. 14-15).

Scott (1995, p. 77), na mesma direção de Bourdieu, adverte para a necessidade de se considerar a existência de uma história a ser escrita, que aborde a noção de representação e dominação, do poder desigual da história dada pela dominação masculina. São os homens que formulam as regras, que organizam a sociedade, que estabelecem territórios e fronteiras.

O uso da categoria de análise “gênero” na narrativa histórica passou a permitir que as pesquisadoras e os pesquisadores focalizassem as relações entre homens e mulheres, mas também as relações entre homens e entre mulheres, analisando como, em diferentes momentos do passado, as tensões, os acontecimentos foram produtores do gênero. Joan Scott fundamenta suas abordagens nos seguintes eixos teóricos:

a. as relações de gênero possuem uma dinâmica própria, mas também se articulam com outras formas de dominação e desigualdades sociais (raça, etnia, classe).

b. A perspectiva de gênero permite entender as relações sociais entre homens e mulheres, o que pressupõe mudanças e permanências, desconstruções, reconstrução de elementos simbólicos, imagens, práticas, comportamentos, normas, valores e representações.

c. A categoria gênero reforça o estudo da história social, ao mostrar que as relações afetivas, amorosas e sexuais não se constituem realidades naturais.

d. A condição de gênero legitimada socialmente se constitui em construções, imagens, referências de que as pessoas dispõem, de maneira particular, em suas relações concretas com o mundo. Homens e mulheres elaboram combinações e arranjos de acordo com as necessidades concretas de suas vidas.

e. As relações de gênero, como relações de poder, são marcadas por hierarquias, obediências e desigualdades. Estão presentes os conflitos, tensões, negociações, alianças, seja através da manutenção dos poderes masculinos, seja na luta das mulheres pela ampliação e busca do poder.

Uma história que reconhece a autenticidade das estruturas sociais como *locus* de construção das relações homem/mulher, também considera que a subjetividade – não vista como essencialista, ou pertencente ao universo da natureza feminina, ligada ao corpo, à natureza, à reprodução, à maternidade, mas criada para as mulheres em um contexto específico da história, da cultura, da política – e a criação do sujeito é algo mais complexo que a dominação.

A incorporação da categoria gênero na historiografia possibilitou entender que as relações de poder justificou a desigualdade entre homens e mulheres, como oriunda de relações de dominação e subordinação. Scott já chamara atenção para o fato de que o poder das mulheres tende sempre a ser percebido como manipulador, como disruptor das relações sociais, como ilegítimo, como fora do lugar e como pouco importante, no sentido de inferiorizar sua atuação no conjunto da sociedade.

A construção do conceito de poder<sup>1</sup> na História das Mulheres está diretamente vinculada a uma representação masculina sobre o mesmo. As mulheres sempre foram representadas como portadoras de “poderes” restritos ao campo da vida privada, cujo significado desses poderes esteve associado aos seus atributos biológicos.

Na acepção foucaultiana, o poder não só não é imposto de cima para baixo como também é algo complexo, difuso. Em se tratando de uma relação de poder - como nas relações de gênero no meio rural - pode ser observada em dois sentidos: a sua capacidade de afetar – exercício do poder – e sua capacidade de ser afetado – provocando resistência. Resistência e relações de poder estão implicados em uma relação dialética, na qual um é o outro necessário da relação. Segundo Foucault (2003), a resistência é a força superior às demais, já que são os seus efeitos que provocam mudanças nas relações de poder.

Estas relações de poder, presentes na história das mulheres camponesas, emergem da vida cotidiana categorizando as mulheres e impondo-lhes um regime de verdade. O poder só existe quando colocado em ação e seus efeitos definem a ação do outro. O exercício do poder não é, em si mesmo, violência ou consentimento; pode ser sedutor, facilitador, indutor, de modo a guiar a possibilidade de conduta (MACHADO, 1981).

Analisando as relações de poder entre mulheres e homens no meio rural, podemos observar que a categoria não tem uma única fonte nem uma única manifestação; ao contrário, tem uma extensa gama de forma e natureza. Quando as mulheres rurais foram capazes de apoderar-se dos mecanismos que regulam uma dessas manifestações através do seu movimento social, coloca-o a seu serviço.

Quando analisamos a trajetória histórica do trabalho das mulheres no campo, compreendemos que ele possui um significado ativo de esforço afirmado e desejado, para a realização de objetivos. Trabalho é o esforço e seu resultado. O trabalho aparece cada vez mais nítido quanto mais clara for a sua intenção e a divisão de seu esforço.

Hannah Arendt (1989), analisando o sentido do termo *labor*,<sup>2</sup> salienta que a divisão do *labor* acabou criando espaços de não-resistência entre o privado e o político. O mundo privado, da família, não construiu o acesso ao político, perdendo a capacidade de ação e de discurso. Isso levou a uma desnaturalização da concepção de *labor* visto como não-dinâmico, do esforço rotineiro e cansativo,

<sup>1</sup> Compartilho do conceito de poder explicitado por Michel Foucault (2003, p. 231-232), em que “o poder é uma relação de forças, só pode existir na relação entre seu exercício e a resistência a ele, em contínua tensão. O poder constitui, atravessa, produz os sujeitos (...). As relações de poder suscitam necessariamente, apelam a cada instante, abrem a possibilidade de uma resistência real que o poder daquele que domina tenta se manter com mais força, tanto mais astúcia, quanto maior for a resistência (...). As relações de poder existem um homem e uma mulher, entre aquele que sabe e aquele que não sabe, entre os pais e a criança, na família. Queriam fazer aparecer que essas relações de poder utilizam métodos e técnicas muito, muito diferentes uma das outras, segundo a época e segundo os níveis”.

<sup>2</sup> Labor é aquele trabalho do corpo humano pela sobrevivência, o processo biológico do corpo humano. A condição humana do labor é a própria vida: como exemplo de labor, temos o camponês sobre o arado, no trabalho da terra, ou o da mulher no parto. Segundo Hannah Arendt (1989), há uma dose de passividade nessa atividade humana: a submissão aos ritmos da natureza, às forças incontrolláveis da biologia.

tendo como o único objetivo a sobrevivência. Em sua argumentação, faz uma distinção entre trabalho (que acrescenta objetos duráveis ao artifício humano), que é próprio ao *homo faber*, e *labor* (tarefas que cuidam da reprodução da vida e que não deixam vestígios), atividade do animal *laborans*.

A tradição ocidental judaico-cristã incorpora essa concepção e o trabalho feminino (doméstico = privado) passa a ser entendido como labor da/na casa, o serviço da família, que se realiza exclusivamente no âmbito privado e como esforço isolado, condição da “natureza”, como não-produtivo.

A análise de Badinter (1986) vai ao encontro dessa concepção, quando refere que a afirmação dessa compreensão de trabalho ocorre a partir da distinção de papéis sexuais e da divisão sexual de tarefas na família nucleada. A mulher é responsável pela vida doméstica, poupando o homem dos problemas presentes no cotidiano familiar. E o homem, com a vida voltada para o mundo público, deve proteger a mulher dos “complicados” problemas do mundo fora de casa, dos bancos, do empréstimo para a lavoura, da cooperativa, para que ela possa ter melhor desempenho em seu trabalho no lar.

A argumentação que usa a “natureza” para justificar a divisão sexual do trabalho traz implícita uma diferenciação que está na formação cultural de homens e mulheres, nas representações, nas imagens que se fazem do masculino e feminino. A imagem do feminino está ligada aos afazeres domésticos, sem visibilidade, enquanto que aos homens são destinadas funções mais qualificadas e mais valorizadas no espaço público.

Além de tais tarefas, as mulheres também são responsáveis pela formação de uma nova geração de trabalhadores, que garantirá a reprodução do modo de produção<sup>3</sup>. Essa atribuição do sexo feminino inclui a gravidez, o parto e a amamentação, funções para as quais a mulher está biologicamente preparada. A essas funções biológicas, acrescentam-se tarefas que são culturalmente impostas, mas que são encaradas como exclusivas do sexo feminino. Aí se incluem o preparo dos alimentos, a limpeza da casa, o cuidado com as roupas e a proteção dos filhos (BRUSCHINI; ROSEMBERG, 1982). Tais tarefas são definidas pela psicóloga norte-americana Nancy Chodorow (1979) como “maternagem” e são resultados de imposições culturais.

Essas tarefas executadas pelas mulheres foram na história pouco valorizadas e permaneceram quase invisíveis<sup>4</sup>. Estudos realizados por Joan W. Scott (1992) comprovaram que os membros da família, no decorrer da história, tinham tarefas definidas de acordo com a idade, sexo ou posição na estrutura familiar. As repre-

<sup>3</sup> Entendo modo de produção como “a produção da vida material que determina o caráter geral do processo da vida social, política e espiritual (...) O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade – a base real sobre a qual se ergue a superestrutura jurídica e política e à qual se correspondem determinadas formas de consciência social” (MARX, 1996, p. 26).

<sup>4</sup> Ver Hannah Arendt em “A Condição Humana” quando afirma, que “o poder só é efetivado quando a palavra e o ato não se divorciam; é com as palavras e os atos que nos tornamos visíveis na esfera pública, no mundo humano”. Por isso, o trabalho feminino “portas adentro” não expressa essa unidade do discurso e do ato; não se tornando visível, não existe (1989, p. 212).

sentações construídas por essa definição de trabalho, a partir da modernidade, provocaram “uma divisão sexual da mão-de-obra no mercado de trabalho, reunindo as mulheres em certas atividades, colocando-as sempre abaixo na hierarquia profissional e estabelecendo salários a níveis insuficientes para sua subsistência”.

O imaginário social tornou a divisão do trabalho natural e a explicou como decorrente das características biológicas de cada sexo. Além disso, fez com que a “casa, unidade natural de produção e consumo, e a família, grupo de pessoas ligadas por laços afetivos e psicológicos, passassem a significar a mesma coisa” (BRUSCHINI; ROSEMBERG, 1982, p. 10). Tanto homens como mulheres foram convencidos de que aos primeiros cabia prover a existência natural da família e, às segundas, “devido à sua natureza”, deviam gerar filhos, cuidá-los ao longo da vida e encarregar-se das diferentes tarefas domésticas.

A divisão sexual do trabalho condiciona formas diferenciadas de inserção social para homens e mulheres, existindo uma identificação cultural entre atividades e papéis para cada um dos sexos. Às mulheres correspondem atividades de reprodução social da família; aos homens corresponde a função de provedor das necessidades materiais do grupo. Numa sociedade onde prevalecem a ordem mercantil e a cultura patriarcal definidora dos papéis de gênero, a identidade feminina supõe uma posição subordinada e dependente em relação ao homem, obedecendo à hierarquia de poder estabelecida. Além disso, os espaços a serem ocupados por cada um também são definidos a partir disso, correspondendo ao homem o local público e de produção; à mulher a esfera privada ou doméstica.

A figura do pai, como representação principal na história das mulheres camponesas, reflete a cultura que secularmente elegeu o masculino como responsável pelo exercício das atividades desenvolvidas “fora do espaço da casa”, uma vez que o âmbito de trabalho “da casa” é o “lugar da mulher”. No geral, essa prática existe, mesmo quando a participação da mulher no mundo do trabalho é cada vez mais crescente, porém invisibilizada por essas representações. Tudo isso reafirma a tradicional divisão sexual do trabalho, delegando a mulher papéis culturais específicos: servir, cuidar e nutrir.

O patriarcado<sup>5</sup> dá à mulher um tipo de poder que não gera visibilidade e *status* social, mantendo-a ligada ao espaço doméstico. O papel da mãe passa, então, a ser determinante para a atuação boa ou má de seus filhos. E a função materna passa a ser normatizada pelos modelos, olhares e práticas discursivas do patriarcado. Esse “modelo”, com ênfase na maternidade, acabou também por excluí-la da política<sup>6</sup>, levando-a a ser,

<sup>5</sup> As relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder, contaminam toda a sociedade, pois o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna o Estado. É uma ideologia que tornou natural a dominação-exploração, através do direito patriarcal sobre as mulheres (SAFFIOTI, 2004, p. 56). Sobre o conceito ver também: (PATEMAN, 1993).

<sup>6</sup> A luta pelo reconhecimento dos papéis sociais que a maternidade desempenha na sociedade foi uma das primeiras ferramentas de reivindicação à cidadania pelas feministas na história (SCOTT, 2002, p. 70-71).

Corpos consignados à Igreja e à família: virgens não maculadas completamente dedicadas à vida da alma, mulheres fecundas que garantem a continuidade do núcleo familiar, viúvas capazes de esquecerem as exigências causais para viverem a vida do espírito (CASAGRANDE, 1989, p. 116).

No período moderno, a casa passa a ser o espaço privado de fato da mulher e, dessa forma, é afastada da vida pública e da comunidade. Para a mulher que se mantém nos limites da casa, sua vida passa a ser o cumprimento de tarefas e compromissos exigidos pela sociedade.

O consentimento feminino reforça a construção deste espaço interno, fechado, vigiado, em contraposição a um espaço aberto, externo, no qual o homem se coloca livremente. Estabelecem então duas atividades fundamentais: a produção, tarefa do homem, e a conservação, tarefa tipicamente feminina, levando o homem e a mulher do campo a desempenharem papéis “naturais”, tendo em vista o bem comum.<sup>7</sup>

No mundo do lar, da casa, a mulher fia, tece, trata e limpa, ocupa-se dos animais domésticos, assume os deveres da hospitalidade, do acolhimento, dos amigos do marido, o zelo dos filhos.

Mas, mesmo os afazeres da casa, não são para a mulher uma “atividade” que ela possa desenvolver com autonomia. Uma das matrizes desse discurso, que invisibiliza o trabalho da mulher, reside na fundamentação filosófica<sup>8</sup> que legitimou, no decorrer da história, a “natureza” do trabalho feminino.

Excluída da possibilidade de estabelecer contratos e de movimentar o dinheiro do marido, as funções femininas são reduzidas apenas à criação do necessário à subsistência do núcleo familiar. A casa não será apenas o lugar onde ela desenvolve seu trabalho, mas será também o espaço moral. Conforme Vecchio, trata-se de um

Espaço altamente simbólico, [...] estar em casa para a mulher casada como para a mulher virgem, quer dizer estar ao abrigo dos perigos, mas também manifestar aquelas virtudes mais aptas para tranquilizar o marido: fidelidade, continência, vergonha. Ao mesmo tempo, para a mulher casada, a casa é também um espaço a custodiar; a esposa incapaz de gerir e necessitada de custódia e de orientação moral do marido torna-se quase contraditoriamente, a responsável pelo comportamento de toda a família (VECCHIO, 1993, p. 170).

<sup>7</sup> Nas atividades econômicas da mulher rural, a permanência dessa desvalorização da mão-de-obra feminina é nítida, manifestando-se no entendimento coletivo como uma “ajuda” ao marido.

<sup>8</sup> O discurso filosófico argumentava que a “natureza” do trabalho feminino estava relacionada ao corpo físico da mulher, sua menstruação, seu útero e sua capacidade para a reprodução eram características que a excluam da lei, do governo, da guerra e também da religião. A persistência dessas crenças denegriu aqueles processos biológicos exclusivos das mulheres, justificando sua inferioridade. A anatomia e o estudo dos corpos afirmavam a diferença sexual como necessária e imutável, hierarquizando os sexos. Foi nesses espaços da arte, da retórica, que se constituiu a hierarquização, e onde o olhar masculino sobre os corpos ditou - pelo poder das representações - suas funções (HUNT, 1997, p. 50). Também: (ARISTÓTTLES, 2001, p. 15).



Roger Chartier (1990) aponta as representações sociais como formadoras de entendimento do mundo que, adotadas pelos indivíduos e grupos, lhes conferem uma dada identidade. Através das representações coletivas é possível entender como, dentro de uma sociedade, constituem-se diferentes leituras do mundo; como essas leituras representam e incorporam socialmente os diferentes grupos; e, assim, legitimam e reproduzem relações sociais.

As mulheres do campo mantiveram-se fiéis à fé e a esses papéis a elas destinados desde há muito tempo. No início do século XX, as mulheres camponesas continuaram indo à Igreja e tomavam parte no ritual porque o Cristianismo parecia conceder um valor, um significado espiritual às suas condições de vida.

O patriarcalismo constrói leituras particulares do mundo, concebendo, para si e para os outros, identidades que atendam a seus interesses. Para reforçar essa afirmação, Chartier aponta a relação entre representação, identidade social e mundo material quando

Pensa a construção das identidades sociais como resultado de uma relação de força entre representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição, de aceitação ou resistência, que cada comunidade produz de si mesma (CHARTIER, 1990, p. 183).

Ou como afirma Baczko:

O imaginário social informa acerca da realidade, ao mesmo tempo que constitui um apelo à ação, um apelo a comportar-se de determinada maneira. Esquema de interpretação, mas também de valorização, o dispositivo imaginário suscita a adesão a um sistema de valores e intervém eficazmente nos processos da sua interiorização pelos indivíduos, modelando os comportamentos, capturando as energias e, em casos de necessidade, arrastando os indivíduos para uma ação comum (1982, p. 411).

É assim que, com os papéis de mãe e educadora, consolida-se o discurso da “natureza feminina” - frágil, emotiva, dependente, instintivamente maternal e sexualmente passiva, instalando-se o “papel feminino” de esposa e mãe centrado no espaço doméstico.

O que podemos notar é que o desenvolvimento da sociedade industrial começou a redefinir não só relações sociais entre as classes, mas também as relações de gênero, em que os papéis femininos vão perdendo suas funções produtivas e, de acordo com o capitalismo industrial, produtivas passam a ser apenas as relações exercidas no mundo do trabalho assalariado.

Reforça-se, assim, um mundo feminino, privado, da casa, que se coloca como oposto ao mundo público, da rua, tornando-se na vida social um mundo exclusivamente masculino. Nesse novo contexto, em que as novas relações de trabalho se afirmavam, excluiu-se a mulher do espaço público.

Elas passaram a ser definidas socialmente segundo os requisitos de um mundo público ao qual não tinham acesso, porque seu lugar era numa esfera privada definida pelos princípios particularistas e hierárquicos das relações atribuídas com certos homens, como filhas e esposas, e não numa esfera pública definida pelos princípios universalistas e igualitários do mercado e, mais tarde, da cidadania (VAITSMAN, 1994, p. 30).

É assim que o trabalho doméstico da dona-de-casa, seu valor e esforço, sua contribuição ao bem-estar social, não é reconhecido como trabalho e não se reveste, portanto, de prestígio social. A economia do sistema capitalista trata de desconhecer esta economia paralela, que surge e se constrói dentro do sistema familiar de produção.

As mulheres, portanto, donas de casa, passam a ser, além de mães e educadoras, trabalhadoras que nunca vão conhecer os benefícios que aos poucos a sociedade capitalista nascente vai outorgando a outros trabalhadores: salário, descanso, férias, limite de jornada, a não ser de forma indireta, através de quem dependem. Além disso, o trabalho doméstico isola as mulheres no âmbito da unidade familiar, onde realiza sua tarefa de forma individual, sem integração com outras pessoas, afastando-se assim, cada vez mais, do mundo público. Elas passam a ser e viver para os outros e não para si mesmas, sua afirmação pessoal consiste precisamente em negar-se como pessoa (HAHNER, 2003).

É nesse sentido que podemos afirmar que os mecanismos de naturalização da desigualdade entre os gêneros na sociedade camponesa se inscrevem em um processo mais amplo de naturalização, referente à divisão do mundo público e privado. Esses espaços passam a operar a partir de racionalidades opostas, produzindo uma divisão da sociedade em duas modalidades sociais, regidas por pensamentos diferentes, a partir das quais seus espaços, produções e atores ficam enredados em uma lógica que subordina uma racionalidade à outra, um espaço ao outro.

Dessa forma, o discurso da “natureza” feminina, os mitos da maternidade, da mulher educadora, o discurso heróico do amor materno vão trabalhar eficazmente na produção de um imaginário social que garantirá à mulher camponesa a permanência no espaço do lar, definindo-a como um “ser para os outros”.

Uma das raízes desses papéis está na formação da célula patriarcal brasileira centrada na figura do “Pater” era encarregada de toda a funcionalidade da vida colonial, desde a produção, a justiça, a defesa, o poder sobre os escravos, a reprodução dos costumes... Tudo isso, de uma certa maneira, legitimado pelo Estado.

O patriarcalismo na vida rural brasileira foi responsável pela continuidade do estereótipo das representações sobre o feminino que, na Europa, a cultura familiar tinha na época. No Brasil colônia, por exemplo, o comportamento da mulher variava conforme a classe social ou o grupo étnico. As mulheres indígenas, negras e mestiças trabalhavam arduamente e, nas classes mais elitizadas, “nem todas as mulheres eram confinadas à esfera privada do lar e excluídas da esfera pública, entregue aos homens, como nos casos da viúvas que até administravam fazendas” (PRIORE, 1993, p. 43).

Para Mary Del Priore,

O casamento como mecanismo de ordenamento social, e a família, como palco para uma revolução silenciosa de comportamento, fechavam-se em torno da mulher, impondo-lhe apenas e lentamente o papel de mãe devotada e recolhida (1993, p. 113).

Dessa forma, o patriarcalismo se afirma num instrumento de controle social sobre a família em território colonial, exercido pelo Estado e pela Igreja, estes agindo mutuamente sob o imaginário social do período.

Encarada por este prisma, a família pode ser vista como uma das instâncias de controle da população, visto que

Muito pouco na colônia se referia ao indivíduo como pessoa isolada – é pela e para a família que todos os aspectos da vida cotidiana, pública ou privada, se originam ou convergem. Podemos ir mais além e afirmar que a família confere ao indivíduo estabilidade ou movimento, influenciando no status e na classificação social (FARIA, 1997, p. 21).

O que se reproduz, no Brasil, pela estrutura familiar, são práticas sociais ancoradas nas representações sobre a maternidade e a domesticidade. A estrutura familiar camponesa brasileira não pode ser imaginada sem a figura da mãe protetora, acolhedora, dócil, que está sempre pronta para o refúgio dos filhos; reproduzindo, assim, a figura feminina criada pela moral católica.

Assim, a imagem da mulher veiculada pela Igreja será o fator determinante para a implantação dos modelos de representação e de identidade feminina a serem seguidos pelas mulheres. São construções sociais, nas quais a religião assume um papel particularmente importante, devido seu poder de dar sentido à vida. Por isso sua ação foi fundamental na perpetuação de desigualdades associadas ao gênero e “a par de um discurso histórico factual, foi-se desenvolvendo uma argumentação teológica de suporte deste processo” (KRISTEVA; CLEMENT, 2001, p. 29).

O mundo camponês no Brasil, em meados do século XIX, foi marcado intensamente por um novo fator: a vinda do emigrante, que se estendeu até o início do século XX. Pretendendo trazer pequenos proprietários, com vistas a povoar regiões do Sudeste e Sul do país, através das companhias colonizadoras, o Estado passa a incentivar e apoiar políticas de apoio à imigração, porém, mantendo a política fundiária caracterizada pela grande propriedade e pela monocultura de exportação.

É importante salientar que os primeiros núcleos coloniais de imigrantes que chegam ao Brasil irão reproduzir as representações sobre os papéis da mulher, presentes no imaginário europeu, caracterizadas pela atuação no interior da casa, junto aos seus filhos e dependentes.

A legitimidade dessa ligação com a casa, com o espaço doméstico, estava relacionada às leis seculares moralísticas<sup>9</sup>, que mantinham os papéis femininos ligados ao marido, com funções de zelo pelo patrimônio doméstico, de organização da produção econômica da casa. Essas atribuições, construídas pelo imaginário social<sup>10</sup>, levaram à funcionalidade do espaço doméstico como suporte de infraestrutura para o funcionamento do sistema econômico de todas as propriedades no Brasil.

A mulher camponesa, juntamente com o marido, desenvolve a tarefa de colonizar áreas inóspitas e produzir para o consumo, assumindo uma responsabilidade imensa: solteiras ou casadas, com filhos menores ou não, foram sobrecarregadas com a tarefa de prover os velhos, organizar o trabalho doméstico e manter a coesão familiar (FAVARO, 1995).

O casamento, tanto no aspecto das famílias camponesas, quanto no das relações do mundo urbano no Brasil, será a forma da conduta “decente” para os promotores da moral e da nova ordem. Porém, o clima de mudanças que ocorre no final do século XIX, com a industrialização, a formação de pequenas cidades no interior, resultante da imigração, passará a colocar em xeque as velhas regras e as normas morais de condutas dos sexos.

Diante de questões “perigosas”, geradas pela influência do ambiente urbano, o lar e a família, então, passam a ser palco dos discursos da moral cristã:

A esposa, a boa dona de casa, sabe perfeitamente quais os gostos do marido, seus pratos preferidos e a maneira pela qual os quer arranjados. Ela sabe tudo: o lugar que o marido mais gosta de estar, a cadeira escolhida, o descanso para os pés [...] Quando o marido lê não o interrompe, nem deixa perturbá-lo sem motivo. Mas se ele lhe fala do que a leitura sugere, a esposa mostra-se interessada - ou procura interessar-se pelo assunto - porque em tudo quer ser agradável ao marido, e isso lhe agrada sem dúvida. Tudo isso, são pequeninos nada. Pois esses pequeninos nada é que têm a maior importância na vida (MALUF; MOTT, 1998, p. 389).

<sup>9</sup> É necessário entender o modo como a mulher se percebe e é percebida nos nossos dias como o resultado de um *continuum histórico* em que as concepções tradicionais do feminino continuam a ter influência capital na sociedade contemporânea. Dentre essas concepções, destacam-se os modelos e padrões do feminino veiculados pelos documentos oficiais da Igreja Católica e pela exegese bíblica, que fornecem protótipos de comportamento destinados às mulheres e à sociedade em geral. Uma leitura dos mecanismos de recepção das representações do feminino veiculadas pela moral cristã poderia levar-nos a refletir apenas sobre o modo como se determinam as práticas sociais perpetuadoras da dominação masculina, negligenciando a importância da auto-percepção feminina e da incorporação de estruturas inconscientes como disciplinadoras do lugar social da mulher. Nesse âmbito, o aprofundamento da dominação masculina tem sido destacado por Bourdieu: “Nós incorporamos, sob a forma de esquemas inconscientes de percepção e de avaliação, as estruturas históricas da ordem masculina” (1999, p. 11).

Esse capital simbólico da religião sobre o feminino ainda possui uma influência determinante e pode ser visualizado entre o público feminino do meio rural, no qual os papéis formulados pela religião e o patriarcado determinam, em pleno século XXI, a identidade feminina (TEDESCHI, 2001).

<sup>10</sup> É no campo do imaginário social que a sociedade informa aos sujeitos históricos os seus papéis incorporando ou excluindo indivíduos ou grupos. Podemos, assim, considerar que dentro desse campo simbólico, são travados combates pela legitimação de representações que justificam uma dada ordem social (PESAVENTO, 2005, p. 47).

Regras passam, então, a normatizar o perfil da família brasileira em construção. A mulher deveria, nesse sistema, ser o ajuste e o espaço das concessões para preservar a pureza e a submissão, combinadas com as novas expectativas da sociedade burguesa capitalista em ascensão, e gerenciar eficientemente o lar.

Se, no mundo urbano, os papéis, os modelos defendidos eram esses, no meio rural brasileiro, no início do século XX, os padrões não eram muito diferentes. A força da modernidade<sup>11</sup> continuará perpetuando esses modelos. O referencial da “dona de casa” estava presente nos grupos domésticos, caracterizados a um espaço (roçado) e uma casa, onde cada membro da família estava ligado à sua posição em relação aos papéis sociais atribuídos a cada sexo. Segundo Ciro Flamarion Cardoso, toda a estrutura familiar dependia do trabalho dos seus membros na roça<sup>12</sup>, identificada do ponto de vista econômico, sobretudo por quatro características:

- 1) acesso estável à terra, seja em forma de propriedade, seja mediante algum tipo de usufruto; 2) trabalho predominantemente familiar; 3) economia fundamentalmente de subsistência, sem excluir por isto a vinculação eventual ou puramente com o mercado; 4) certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas, ou seja, nas decisões essenciais sobre o que plantar, e de que maneira, como dispor do excedente (CARDOSO, 2002, p. 20).

A consequência para a história rural, da produção da roça ser responsável pelo consumo familiar e por oposição as atividades desempenhadas no âmbito da casa, será a desvalorização de uma das atividades. É nesse contexto que, a partir da formação de uma nova prática cultural e social com a vinda dos imigrantes, que os papéis do homem e da mulher no meio rural passam a ganhar reforços e diferenças. A responsabilidade sobre o sustento da casa, o consumo familiar, pertence ao pequeno agricultor, na qualidade de pai de família, sendo ele o responsável, encarando a produção na roça como um trabalho dele; nessa ótica, os filhos e a esposa, mesmo desempenhando as mesmas atividades, passam a prestar-lhe apenas uma “ajuda”.

<sup>11</sup> Para Pateman, o casamento, na modernidade, difere das demais relações contratuais, porque participam de seu contrato um “indivíduo” e um subordinado natural, e não dois “indivíduos”. A questão da individualidade nas relações familiares e a questão dos papéis do homem e da mulher são encaradas, nesse período, por um contrato que define, através de atos, o que o indivíduo pode fazer ou não. A criação dos espaços políticos é vista como uma ação masculina, reforçando, por sua vez, nas mulheres, suas aptidões no mundo doméstico. A legitimidade do papel da mulher como reprodutora do núcleo familiar e de mantenedora da família passa a ser entendida, pelo direito patriarcal, como uma das expressões fundadas na natureza. Quando o poder paterno é tomado como paradigma da sujeição natural, questionamentos sobre a designação dos papéis e das relações conjugais e sexuais como naturais são facilmente desconsiderados. Todas as diferenças estão sintetizadas nas características “naturais” do nascimento. Desde a construção judaico-cristã e filosófica sobre o corpo da mulher, o nascimento biológico expressa um símbolo, uma representação de tudo aquilo que a torna um ser incapaz de entrar na sociedade, no espaço público, e de se transformar em um indivíduo civil, ou seja, numa cidadã. “As mulheres estão privadas tanto de força quanto de capacidade num sentido geral; mas, elas são, por natureza, deficientes quanto à capacidade especificamente política, do espaço público, de criar e manter atos e ações políticas” (PATEMAN, 1993, p. 140-142).

<sup>12</sup> Os colonos continuam cultivando como seus antepassados, ou seja, das primeiras famílias de emigrantes. Deles receberam também o nome dessa prática, a *Roça* (de que tiraram o verbo “*rosen*”, preparar a terra dessa maneira) e os de suas diversas operações (ROCHE, 1969, p. 286). Na região Noroeste do Rio Grande do Sul, entende-se por roça uma parcela de terra, na qual se realiza o cultivo próprio da pequena produção e através desse espaço é que as famílias obtêm os meios necessários à subsistência.

Inserido na estrutura patriarcal, o papel da mulher foi visto como o de dependência e de submissão em relação ao homem. Dados censitários da década de 1950 mostram que a escolaridade feminina no meio rural no Rio Grande do Sul, mesmo sendo superior à masculina, não modificava os papéis sociais entre os gêneros, fato que se confirma em pesquisa aplicada em regiões desse estado naquele período (SZMRECSÁNYI; QUEDA, 1973), revelando que cabia ao homem a chefia da família, sendo por ele tomadas as decisões mais importantes.

É pertinente salientar que, na coleta de depoimentos (TEDESCHI, 2007), constatou-se que, na vida de um casal com um período de vida conjugal maior de 40 anos, predominavam representações sobre a importância econômica do trabalho masculino e, por sua vez, o consentimento feminino dessa valorização; porém, a desigualdade entre os sexos acerca do trabalho na unidade familiar não era sentida pelas mulheres, conforme denota-se deste depoimento:

Tinha que ir para a roça igual ao marido, trabalhar no duro, e depois fazer tudo em casa, não tinha ajuda de ninguém, mas gostava de trabalhar assim, levava as crianças junto na roça, era sofrido mas era divertido no fundo, quando precisava a gente até carpir por dia nos vizinhos, e eu ia junto [...] e depois que o meu marido me deixou, eu tive que trabalhar sozinha, as crianças eram pequenas, eu tinha que fazer tudo sozinha, e não me arrependo.

O não-reconhecimento da dupla jornada do trabalho feminino na roça se manifesta por um conjunto de representações sociais que estabelecem esse discurso como legítimo, fazendo com que, em sua imensa maioria, as mulheres acabem interiorizando e incorporando, por meio de um processo sutil, o “consentimento”, estabelecendo assim a cumplicidade com o poder masculino.

O social produz-se através de uma rede de sentidos, de marcas de referências simbólicas por meio dos quais os homens comunicam, se dotam de uma identidade coletiva e designam as suas relações com as instituições políticas. A vida social é produtora de valores e normas e, ao mesmo tempo, de sistemas de representações que os fixam e traduzem (BACZKO, 1982, p. 303).

O significado do que é trabalho, legítima e dá sentido à divisão de tarefas por sexo, aprofundando a oposição entre masculino e feminino.

Embora as atividades que se realizam no roçado sejam consideradas trabalho por oposição às atividades próprias da casa, dentro das atividades agrícolas há algumas tarefas que são especificamente femininas, tais como a semeadura ou a limpeza da horta, tarefas estas, realizadas pelas mulheres perdem o caráter de trabalho e passam a ser denominadas de ajuda (HEREDIA, 1984, p. 30).

Essa se constituiu em uma das formas de excluir as mulheres do espaço público, desqualificando sua força de trabalho, atribuindo-lhes um significado

<sup>13</sup> Depoimento de E. P., 56 anos, Augusto Pestana/RS, setembro de 1997.

secundário, inibindo sua presença na esfera extradoméstica. Essa desqualificação trazia uma conotação de inferioridade e segregação social, cultural e econômica, sugerindo que, de certa forma, as mulheres agricultoras não possuíam condições de realizar trabalho produtivo, o que não é verdade, dada a intensa atividade econômica exercida pelas mulheres, muitas vezes, provedoras da renda familiar.

As identidades e papéis sociais no mundo camponês, e também em outros espaços, ocorrem em um contexto de relações de poder, de negociações culturais entre os vários atores sociais com expectativas e identidades diferentes, reproduzindo práticas culturais baseadas em princípios de desigualdade de gênero.

O lugar socialmente destinado às mulheres agricultoras continua sendo a família: é na privacidade do lar que, prioritariamente, elas encontram a realização pessoal. E a maternidade, hoje aparentemente opcional, constitui ainda o componente central, definidor da identidade feminina. Condicionada, desde a infância, para os seus tradicionais papéis, todo o seu desenvolvimento é norteado por esse condicionamento, mesmo que ela nunca chegue a ser mãe ou que opte por sair do campo e morar na cidade, como é o caso do grande número das filhas das agricultoras.

As dimensões sociais e culturais que envolvem as mulheres agricultoras na atualidade são árvores que brotam de raízes seculares. Ao longo dos séculos, essas raízes têm sido regadas com diferentes arranjos visando manter uma certa organização em prol do poder vigente. A literatura, as fontes documentais dão testemunho disso.

As representações socioculturais a respeito da maternidade e dos papéis de dona-de-casa são a forma como o imaginário social configura determinados aspectos da realidade das mulheres, a ponto de que muitas dessas crenças que cercam os tradicionais papéis femininos – servir, cuidar e nutrir – tem se transformado numa verdade imutável. Muitas vezes as mulheres agricultoras omitem seu próprio cotidiano e suas histórias pessoais e até deslocam para um segundo plano seus interesses individuais, pela necessidade de reproduzir ou ajustar-se às identidades construídas pelas representações sociais.

O que podemos concluir, enfim, é que nada autoriza a afirmar que a mulher agricultora é uma categoria definida por uma série de atributos; e o mesmo vale para os homens. As mobilizações sociais em que as mulheres desempenham um papel central não visam a substituir a dominação masculina por uma dominação feminina, mas tampouco fazer triunfar o espírito de consumo no qual todas as relações de dominação se dissolveriam.

As mulheres rurais, embora enfraquecidas por uma situação de dependência, são as principais agentes da manutenção da vida na comunidade rural. Existe uma realidade evidente que ninguém contesta: sim, os homens têm o poder e o dinheiro, mas as mulheres já têm o sentido das situações vividas e a capacidade de formulá-las. Já é muito mais fácil fazer as mulheres falarem das mulheres do que os homens falarem dos homens. As mulheres rurais, constituídas e definidas por

sua inferioridade, procuram não inverter as relações de poder no mundo rural, mas “ultrapassá-las”, de maneira a fazer desaparecer a lógica que determinava sua inferiorização.

As mulheres, todavia, sempre influenciaram na esfera pública – culturalmente masculina – através dos mecanismos de poder informal criados a partir de suas potencialidades. Por outro lado, o engajamento efetivo das mulheres na esfera pública produtiva contribuiu para minimizar sua situação de pobreza observada no desenvolvimento humano, embora disputem das mesmas oportunidades e escolhas dos homens, e da mesma valorização.

As mulheres rurais de hoje pensam cada vez menos em termos históricos, sobretudo após o processo de mobilização que as levou aos direitos sociais. A superação da polarização as leva não a rejeitar, mas a interpretar seu confinamento no âmbito “privado”. Sem dúvida, elas trabalham e, salvo casos particulares, com o recurso do salário maternidade, conservam e querem conservar a superioridade que lhes é conferida pelo poder de dar à luz. A família, para a mulher rural, é uma fonte de poder, e é muito raro que o pai tenha uma relação tão profícua com ela.

São as mulheres rurais que conduzem e sustentam as transformações culturais atuais no mundo rural. Já as mulheres, quando se tornam dominantes, afirmam a própria superioridade por sua complexidade, por sua capacidade de resolver diversas tarefas ao mesmo tempo. As evidências caminham no sentido do estabelecimento da construção de um poder compartilhado de papéis sociais diferentes no meio rural, e, espero, que este estudo possa trazer alguma contribuição para todos aqueles que realmente desejam a transformação das relações de gênero e poder em vista de uma valorização da diferença.

## Referências

- ARENDDT, H. *A condição humana*. São Paulo: Forense, 1989.
- ARISTÓTELES. *Metafísica*. Tradução de Giovanni Reale. São Paulo: Loyola, 2001, Volume II A 32/3 983.31 a 32.
- BACZKO, B. *Imaginação social*. In: Enciclopédia Eunaldi, v. 5. Antropos, 1982.
- BADINTER, E. *Um é o outro: relações entre homens e mulheres*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- BOCK, G. “*La história de las mujeres y la historia de género: aspectos de un debate internacional.*” *História Social*. Barcelona: (9): 55-77, 1991.
- BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BRUSCHINI, M. C. e ROSEMBERG, F. *Trabalhadoras do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CARDOSO, F. C. Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas. In: CHEVITARESE, L. A. (org). *O campesinato na história*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Faperj, 2002.



- CASAGRANDE, C. Da natureza feminina. As normas de controle. In: DUBY, G. e PERROT, M. *História das mulheres. A Idade Média. Vol. II.* Porto: Afrontamento, 1989.
- CHARTIER, R. *A história cultural. Entre práticas e representações.* Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1990.
- CHODOROW, N. Estrutura familiar e personalidade feminina. In: ROSALDO, M. Z. e LAMPERE, L. (Orgs). *A mulher, a cultura e a sociedade.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- DUBY, G. e PERROT, M. *História das Mulheres no Ocidente. A Antiguidade. v. 1,* Porto: Edições Afrontamento, 1990.
- FARIA, S. de C. “História da Família e Demografia Histórica”. In: CARDOSO & VAINFAS (Orgs). *Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia.* Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- FAVARO, E. C. *Imagens femininas: contradições, ambivalências, violências.* Tese de doutoramento. Pontifícia Universidade Católica – PUC. Porto Alegre, 1995.
- FOUCAULT, M. *Estratégias, poder-saber.* Coleção Ditos e Escritos (IV), Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- HÄHNER, J. E. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil (1850 – 1940).* Florianópolis: Ed. Mulheres – EDUNISC, 2003.
- HEREDIA, B. O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas na América Latina. In: AGUIAR, N. (Org.) *Mulheres e força de trabalho na América Latina.* Petrópolis: Vozes, 1984.
- HUNT, L. Revolução Francesa e vida privada. In: ARIÈS, P. e DUBY, G. *História da vida privada: da revolução Francesa à 1ª Guerra.* São Paulo: Cia das Letras, v. 4, 1997.
- KRISTEVA, J.; CLEMENT, C. *O feminino e o sagrado.* Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- MACHADO, R. *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault.* Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- MALUF, M.; MOTT, L. M. Recônditos do mundo feminino. O menu do meu marido, 1920. In: NOVAIS, A. F.; SEVECENKO, N. (Orgs). *História da vida privada no Brasil. v. 3. República da belle époque à era do rádio.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MARX, K. *Prefácio à contribuição à crítica da economia política de 1859.* São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- PATEMAN, C. *O contrato sexual.* Trad. Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- PERROT, M. *As mulheres ou os silêncios da história.* (tradução de Viviane Ribeiro) São Paulo: Edusc, 2005.
- PESAVENTO, S. J. *História & história cultural.* Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- PRIORE, M. Del. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- ROCHE, J. *A colonização Alemã e o Rio Grande do Sul.* Tradução de Emery Ruas. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

- SAFFIOTI, H. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SCOTT, J. *Cidadã paradoxal*. As feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002.
- SCOTT, J. *Gênero, uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade. v. 20, jul-dez, 1995.
- SCOTT, J. História das Mulheres. In: BURKE, P. (Org) *A escrita da história*. São Paulo: Novas perspectivas, UNESP, 1992.
- SZMRECSÁNYI, T., e QUEDA, O. *Vida rural e mudança social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.
- TEDESCHI, A. L. *Mulheres camponesas da região noroeste do Rio Grande do Sul: identidades e representações sociais (1970 – 1990)*. Tese de doutoramento. São Leopoldo: UNISINOS, 2007.
- TEDESCHI, L. *Do silêncio à palavra: Construções e perspectivas em gênero no Noroeste do Rio Grande do Sul*. São Leopoldo, Dissertação de Mestrado, Unisinos, 2001.
- VAITSMAN, J. *Flexíveis e plurais*. Identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- VECCHIO, S. A boa esposa. In: DUBY, G.; PERROT, M. *História das mulheres*. v. 2. A Idade Média. Porto: Edições Afrontamento, 1993.